



URBANISMO TÁTICO E TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS CRIANÇAS

Tactical urbanism and transformation of the city: the political participation of children

Sérgio Carvalho Benício de Mello

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0701427642783016> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3740-9160>

E-mail: sergio.benicio@gmail.com

Daniella Ramos da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5123359243919040> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8481-1043>

E-mail: daniellaramossilva@hotmail.com

Ana Clara Lira do Nascimento

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4130209033976124> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4563-2795>

E-mail: ana.clnascimento@outlook.com

Poliana Nunes de Santana

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6845831984108942> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2039-9496>

E-mail: pndesantana@gmail.com

Trabalho enviado em 01 de junho de 2022 e aceito em 02 de julho de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.04., 2023, p. 2044-2079.

Sérgio Carvalho Benício de Mello, Daniella Ramos da Silva, Ana Clara Lira do Nascimento e Poliana Nunes de Santana

DOI: 10.12957/rdc.2023. 67779 | ISSN 2317-7721

RESUMO

As cidades não foram construídas para pessoas, sobretudo as mais vulneráveis, como as crianças, que são constantemente afastadas do espaço urbano. Devido a isso e às desigualdades socioespaciais, aos problemas de infraestrutura e de mobilidade urbana que afetam a infância, é essencial a implementação de políticas públicas que garantam o direito das crianças à cidade, possibilitando-lhes maior participação social. Nesse sentido, o urbanismo tático se apresenta como uma solução, sendo o Mais Vida nos Morros (MVM), em Recife, um exemplo desse tipo de ação. Portanto, este estudo busca analisar o MVM enquanto política pública, e como se dá a participação política da comunidade, em especial, da criança nele. Para isso, a pesquisa se pautou em uma metodologia qualitativa, desenvolvida a partir da formação de um corpus linguístico composto por materiais visuais e documentais sobre o MVM, reunidos e interpretados em categorias. Os resultados encontrados apontam uma política efetiva e uma participação política satisfatória, tanto da comunidade, quanto das crianças, as quais têm tido a oportunidade de reivindicar seus direitos e vivenciar a materialização de seus anseios, transformando a cidade.

Palavras-Chave: Urbanismo Tático. Participação política das crianças. Políticas Públicas. Direito à Cidade. Mais Vida nos Morros.

ABSTRACT

The cities were not built for people, especially the most vulnerable, such as children, who are constantly kept away from the urban space. Due to this and the socio-spatial inequalities, urban infrastructure and mobility problems that affect children, it is essential to implement public policies that guarantee the right of children to the city, allowing them greater social participation. In this sense, tactical urbanism presents itself as a solution to such problems, and the Mais Vida nos Morros (MVM), in Recife, is an example of this type of action. Therefore, this study seeks to analyze the MVM as a public policy, and how the political participation of the community and especially of children in it occurs. For this, the research was based on a qualitative methodology, which was developed from the formation of a linguistic corpus formed by visual and documentary materials about the MVM, gathered and interpreted into categories. The results show an effective policy and a satisfactory political participation, both from the community and the children, who have the opportunity to claim their rights and experience the materialization of their wishes, transforming the city.

Keywords: Tactical Urbanism. Children's Political Participation. Public Policy. Right to the City. Mais Vida nos Morros.



INTRODUÇÃO

Em 2015, cerca de 85% da população do Brasil já vivia nas cidades, o que sugere que a maioria das crianças brasileiras cresce em áreas urbanas (IBGE, 2016). Contudo, a experiência de ocupar os espaços urbanos é cada vez mais rara para elas, sobretudo as que residem em cidades de grande e médio porte, devido às transformações espaciais ocorridas ao longo do tempo terem sido orientadas por princípios mercadológicos em detrimento da obediência à escala humana (GEHL, 2013). Nesse sentido, as cidades são incapazes de atender de forma plena às demandas existentes, causando transtornos de ordem física e social, principalmente à infância (SARMENTO, 2018).

O modo como as cidades foram construídas foi responsável por gerar inúmeras desigualdades socioespaciais, problemas de infraestrutura e de mobilidade (LEFEBVRE, 2001), além de afastar alguns grupos do convívio urbano, sobretudo aqueles considerados mais vulneráveis, como as crianças. Isso porque os espaços urbanos, em geral, são considerados locais perigosos e hostis a elas, o que exige que estejam sempre acompanhadas por adultos ou utilizem lugares limitados, como casa, escola e parques ou praças (TONUCCI, 2005), sendo o uso destes dois últimos condicionado à existência de equipamentos adequados e de segurança. Tal restrição é motivada pela maneira como os espaços públicos foram priorizados e, evidentemente, é responsável por comprometer o desenvolvimento da infância (SARMENTO, 2018).

Para dirimir tais problemas e possibilitar o desenvolvimento infantil de maneira satisfatória, é essencial a implantação de políticas públicas que garantam o direito das crianças à cidade. Pois, para haver pessoas — sobretudo crianças — nos espaços urbanos, é preciso que haja, antes de tudo, infraestrutura e segurança viárias, alinhadas à oferta de ambientes de convivência adequados (UNICEF, 2004), o que pode ser alcançado, em especial, por meio de ações do poder público. No entanto, para melhor atender às necessidades da infância, é preciso superar o planejamento urbano vigente, de forma que as demandas exigidas por esse grupo se tornem aspecto central na construção dos espaços, diferente do que tem ocorrido com frequência ao se privilegiar questões econômicas e adultocêntricas.

Para um bom planejamento urbano, portanto, é imprescindível o levantamento de informações sobre os usos e as possibilidades de melhorias das cidades junto àqueles que realmente conhecem-nas, isto é, seus moradores (JACOBS, 2011). O modelo de planejamento urbano atual, em contrapartida, está voltado às intervenções em larga escala, amparadas no princípio do controle de cima para baixo, no qual as decisões adotadas pelas autoridades que gerenciam os processos se impõem sobre as ações urbanas, constantemente sem atender às necessidades concretas da população (GADANHO, 2016). Cabe ressaltar, ainda, que esse tipo de política pública, em geral, pode



não funcionar em países do Sul Global pela enorme desigualdade social e estrutural predominante neles.

Em busca de atender às demandas inerentes à infância, é necessário a realização de intervenções que viabilizem a melhor adequação de espaços públicos, como ruas, calçadas, praças e jardins, a fim de que sejam mais bem utilizados, em especial para brincadeiras, garantindo, assim, o direito à cidade por parte das crianças (TONUCCI, 2005). À vista disso, promover ações de baixo custo e alto impacto em pontos estratégicos de maior vulnerabilidade das cidades, apresenta-se como rápida solução para os problemas existentes, produzindo melhorias significativas em dado local (LYDON; GARCIA, 2015). Essas ações se fundamentam na ideia de urbanismo tático, que tem como característica principal o envolvimento dos cidadãos nas decisões e implementações do processo urbanístico.

O envolvimento da população no planejamento urbano é condição fundamental para o atendimento do direito à cidade. Para Lefebvre, o direito à cidade deve estar associado a “um grito e uma demanda” (LEFEBVRE, 2001, p. 158). Ele oferece uma alternativa radical, que desafia e repensa as atuais estruturas urbanas do capitalismo e da cidadania liberal-democrática, e tem implicações importantes para todas as pessoas — o que faz lembrar as crianças também. Já que, para o autor, todos têm direito à cidade.

A participação política da criança, sobretudo, devido a todas as questões inerentes à posição que ocupam na sociedade, mostra-se muito importante para a construção de um lugar mais propício a elas, capaz de possibilitar o seu uso e ocupação de forma segura, educativa e com infraestrutura adequada, e de proporcionar o melhor desenvolvimento da infância, principalmente em cenários vulneráveis socioeconomicamente (CORDEIRO; AITKEN; MELLO, 2019). Ações com esse intuito vêm sendo realizadas em algumas localidades, a exemplo da cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, no Brasil.

Em Recife, o Mais Vida nos Morros (MVM), que já realizou mais de 50 intervenções nos últimos cinco anos, tem se apresentado como um exemplo bem-sucedido desse tipo de política pública. Em um contexto de vulnerabilidade socioeconômica, as ações promovidas requalificam moradias e espaços públicos das comunidades de interesse social, implantando áreas de lazer, recreação e convivência por meio da mobilização e do engajamento dos moradores, e, em particular, das crianças, as quais são o foco principal do programa (MVM, 2020). Assim, ele pode se apresentar como uma importante política de promoção do direito da criança à cidade, ao projetar espaços para elas, ao passo que também possibilita a sua participação no processo.



Considerando-se que, na maior parte das vezes, há invisibilidade infantil nos processos decisórios da vida coletiva (SARMENTO; FERNANDES.; TOMÁS, 2007), o MVM pode ser visto como uma política inovadora e bem-sucedida de promoção da participação infantil. Com base na contextualização inicial e nas preocupações que dela decorrem, este estudo busca analisar o MVM enquanto política pública, e como se dá a participação política da comunidade e, em especial, da criança nele.

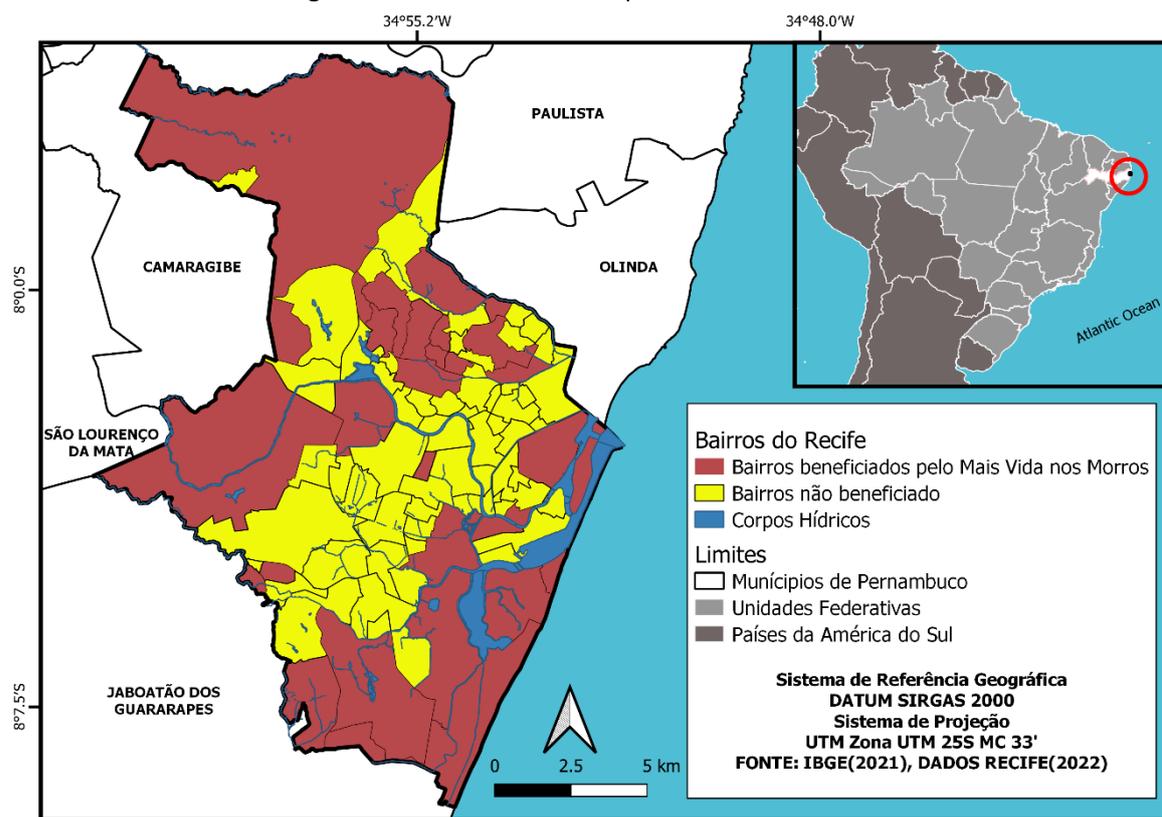
O MAIS VIDA NOS MORROS

Em Pernambuco, estado do nordeste brasileiro, mais de 60% das crianças de 0 a 14 anos vivem em casas com renda inferior a meio salário mínimo, e mais de 280 mil crianças de 0 a 17 anos residem em favelas, onde a vulnerabilidade social gera inúmeros problemas sérios. Na capital do estado, Recife, cerca de 500 mil pessoas — um terço da população municipal — vive em comunidades — áreas urbanas vulneráveis —, equivalentes a mais de 60% do território. As estruturas urbanas destes locais, na maioria das vezes, foram construídas de maneira espontânea e desordenada. Por isso, há mais de 6 mil barreiras com risco de deslizamento, além de lixo disposto de modo irregular, fato que agrava a situação (MVM, 2020).

Diante deste cenário, a Prefeitura Municipal do Recife, em parceria com a iniciativa privada, lançou, em 2016, o programa Mais Vida nos Morros (MVM), visando promover a requalificação e o desenvolvimento sustentável dos espaços públicos da cidade (PREFEITURA DO RECIFE, 2016). A partir da criação de áreas de lazer e convivência, por exemplo, essa política pública se propõe a combater desigualdades sociais, econômicas e espaciais vivenciadas nas comunidades, e transformar a vida da população (MVM, 2020). Como estratégia principal, o MVM incentiva a participação dos moradores na construção das mudanças para que estes se tornem transformadores do lugar onde vivem (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2019). Ao longo do tempo, o programa já realizou intervenções em mais de 50 comunidades, localizadas em mais de 30 bairros da cidade do Recife, como pode ser visto na Figura 1, abaixo.



Figura 1 - Bairros beneficiados pelo Mais Vida nos Morros.



Fonte: Adaptado de IBGE (2021).

Entre os objetivos da participação comunitária nas ações do MVM, destaca-se o incentivo à ideia de pertencimento local e ao empoderamento dos cidadãos quanto à resolução de problemas de sua comunidade (JORNAL DO COMMERCIO, 2019). Para tanto, o MVM se fundamenta na ideia de urbanismo tático, em que são realizadas pequenas intervenções no espaço das comunidades a partir do protagonismo e engajamento dos cidadãos, inclusive das crianças (MVM, 2020).

Estas, em especial, por serem um dos focos centrais do programa, visto que as ações urbanísticas buscam garantir um espaço mais adequado ao desenvolvimento da primeira infância (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2019), exercem grande influência nas decisões relacionadas à transformação da comunidade (MVM, 2020). Isso porque o espaço é pensado, principalmente, para a promoção de áreas de lazer e de convívio, com brinquedos e pinturas lúdicas nos mais diversos espaços dos bairros, em busca de resgatar as brincadeiras de rua e a socialização entre as crianças, e de proporcionar maior segurança, educação e bem-estar a elas e a toda a comunidade (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2020).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Política Pública

Diante dos inúmeros problemas vivenciados pela população em diversos âmbitos, em particular no que se refere à infraestrutura urbana, torna-se necessária a realização de ações por parte do poder público para prover melhorias e condições de vida adequadas aos cidadãos (SÁENZ, 2015), em especial, às crianças. O provimento destas soluções, em geral, é efetivado por meio da elaboração de políticas públicas, as quais são essenciais para um desenvolvimento social mais justo (CATTANI; FERRARINI, 2010).

As políticas públicas podem ser entendidas como um conjunto de programas e ações desenhadas pelo Estado para garantir a promoção de bens e serviços, de justiça social e, por consequência, a efetividade de direitos (BARCELLOS, 2008), em qualquer âmbito, a exemplo do direito à cidade (DUQUINO-ROJAS, 2018). De maneira geral, suas ações são desenvolvidas a partir de três processos: definição de problemas públicos coletivos e relevantes; formulação de diretrizes para solucioná-los; e execução das soluções (HILLESHEIM; CRUZ, 2012; SECCHI, 2019a, 2019b). Durante estas etapas são definidas metas, objetivos e ações a serem realizadas, bem como os recursos a serem utilizados, as suas respectivas fontes (MOURA, 2016) e o tempo previsto de duração (KORENIK; WĘGRZYN, 2020).

Em se tratando das questões urbanísticas, a necessidade de reduzir as desigualdades socioeconômicas promovidas pelo modo como as cidades foram construídas — de maneira desordenada e orientada para fins econômicos — é um dos principais focos das políticas públicas urbanas (BATTIUS; OLIVEIRA, 2016). Nesse sentido, as ações têm como objetivo garantir o maior atendimento às demandas sociais negligenciadas — como aquelas relacionadas à infância —, sobretudo no que se refere às regiões mais marginalizadas, em busca de aumentar a qualidade de vida de sua população por meio da promoção de moradia, infraestrutura, mobilidade, espaços de lazer, entre outros (MOURA, 2016).

A regulamentação das políticas direcionadas aos problemas urbanísticos, no Brasil, inicia-se com as preocupações ocorridas no final do século passado, mais especificamente com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, em seus artigos 182 e 183, direcionados à política urbana (BRASIL, 1988), no intuito de regulamentar e integralizar o desenvolvimento urbano (TERCI, 2018; TONELLA, 2013; VELOSO, 2011). Diante de inúmeros debates acerca da necessidade do desenvolvimento de diretrizes para uma política urbana nacional, em 2001, há a criação da Lei n. 10.257 — o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) —, a qual versa, entre outras coisas, sobre a delimitação



do uso e ocupação do território e propõe uma gestão mais democrática do espaço, à vista de garantir a participação da população na formulação de políticas e no planejamento, execução e controle das ações urbanas (ROLNIK, 2001).

Apesar da existência de diretrizes para promoção da participação no desenvolvimento das políticas públicas, contidas já na CF de 1988 (TONELLA, 2013), o envolvimento popular nas decisões, em particular com relação à gestão urbana, ainda é bastante insignificante (BATTAUS; OLIVEIRA, 2016; NEPOMUCENO; DIAS, 2017), sobretudo no que se refere às crianças (SARMENTO; FERNANDES.; TOMÁS, 2007). Isso porque, além da forma inclusiva e democrática de desenvolvimento de políticas públicas, o processo também pode seguir uma orientação mais centralizada, baseada em ações impostas de cima para baixo, em que prevalecem as decisões do poder público (SÁENZ, 2015).

Dessa forma, um dos principais desafios com relação à concepção de políticas públicas, como as políticas urbanas, é colocar em prática os regulamentos vigentes no que se refere à participação (NEPOMUCENO; DIAS, 2017), visto que os problemas urbanos têm caráter público e precisam de envolvimento social em sua gestão e desenvolvimento (VELOSO, 2011) para superar as desigualdades vivenciadas (MOURA, 2016).

A realização de ações mais democráticas, portanto, exige novas formas de gestão e de concepção de ações públicas, baseando-as na comunicação com os cidadãos e em busca de oferecer-lhes soluções mais correspondentes à sua realidade (LEÃO; ARAÚJO; FERREIRA; MOURA, 2017). Assim, com relação à produção do espaço, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas que possibilitem o envolvimento da comunidade e que lhe permitam produzir a cidade (BUDGE, 2018), em particular aqueles menos priorizados no planejamento urbano, como as crianças (SARMENTO; FERNANDES.; TOMÁS, 2007), ou os demais grupos excluídos socialmente pela posição ocupada na sociedade (TONELLA, 2013).

2.2 Urbanismo Tático

Já há algumas décadas que o modelo vigente de planejamento urbano vem sofrendo críticas, sobretudo por propor o desenvolvimento de ações e práticas pouco eficientes, que muitas vezes não atendem às necessidades concretas da população, criando cidades disfuncionais e “doentes” (JACOBS, 2011). Tradicionalmente, esse tipo de planejamento tem pensado em soluções de grande escala, que se impõem sobre os ambientes urbanos a partir de autoridades governamentais, numa direção “top-down” — de cima para baixo —, sem que sejam identificados os problemas locais de cada região (GADANHO, 2016).



Nesta abordagem não são considerados os pontos de vista daqueles que realmente conhecem o funcionamento das cidades, suas necessidades e possibilidades de usos e melhorias, isto é, de seus moradores (JACOBS, 2011). Além disso, ela é incapaz de engendrar um desenvolvimento urbano que seja sustentável e abrangente (DE MEULDER; LOECKX; SHANNON, 2004), logo, há uma demanda por novas formas de planejamento (NASSAR, 2021), que apresentem soluções mais rápidas e criativas (FONTES, 2018). Nesse sentido, o urbanismo tático pode se apresentar como uma opção interessante, promovendo intervenções de pequena escala, com baixo custo e em curto prazo, que contam, em essência, com a mobilização e participação da população local (BRENNER, 2016; LYDON; GARCIA, 2015), inclusive das crianças.

As discussões sobre o urbanismo tático se intensificaram a partir de 2010 (FONTES, 2018). Contudo, muitas iniciativas anteriores a esse período podem ser associadas a ele, sendo as do tipo “do it yourself” — faça você mesmo — as mais difundidas (SILVA, 2016; TALEN, 2015), especialmente por mobilizarem os cidadãos como agentes das mudanças (BRENNER, 2016). A acupuntura urbana, por exemplo, foi idealizada por Jaime Lerner em 2003, assente na compreensão da cidade como um organismo vivo, que poderia ser curado e revitalizado mediante intervenções pequenas e rápidas em pontos específicos do tecido urbano (LERNER, 2011; NASSAR, 2021). Apesar da pequena escala de aplicação, estas teriam implicações sobre o contexto macro, atuando como agulhas que curam as partes e, como consequência, revitalizam o todo (CASAGRANDE, 2020; LERNER, 2011).

O urbanismo tático, de fato, desenvolve-se de modo semelhante, envolvendo vários pequenos projetos, geralmente temporários e experimentais, mas que visam propósitos maiores, como a recuperação e o redesenho imediato dos espaços públicos (FONTES, 2018; LYDON; GARCIA, 2015). Assim, são realizadas ações “acupunturais” para a resolução dos problemas locais mais urgentes, num horizonte temporal curto e escala espacial relativamente limitada — como parques, ruas e/ou bairros —, mas aspirando resultados permanentes e em larga escala (BRENNER, 2016). Ainda de acordo com o autor, o diálogo com a comunidade e sua participação ativa, numa mobilização “bottom-up” — de baixo para cima — permitem-lhe a reapropriação do espaço público citadino.

Convém ressaltar que o movimento começou a ser discutido em um cenário de crise política, no qual as entidades públicas — assim como os mercados — falharam no atendimento às demandas básicas da população, não conseguindo garantir o acesso a bens comuns, como segurança, transporte, habitação e mobilidade (BRENNER, 2016). O urbanismo tático surgiu, portanto, entre grupos de cidadãos, como uma resposta a políticas estatais ineficientes (GADANHO, 2016). Contudo, em pouco tempo foi politizado e passou a ser utilizado por outros atores, a exemplo de empresas, ONGs e Poder Público (SILVA, 2016; SPATARO, 2016). Nesta esfera, em particular, ele pode ser aplicado nas cidades



de modo a testar ideias a serem implementadas no futuro e mensurar sua aceitação por parte da população, por exemplo (FONTES, 2018; LYDON; GARCIA, 2015).

Evidencia-se, então, que a iniciativa pode partir tanto do Estado quanto da sociedade civil (LYDON; GARCIA, 2015). Nesse sentido, segundo os autores, o obstáculo que se apresenta é a articulação satisfatória entre os interesses dos cidadãos e do Poder Público, numa interação “bottom-up, top-down” — de baixo para cima e de cima para baixo. É de fundamental importância, portanto, a combinação entre as propostas estatais afetas ao planejamento urbano com a participação política da população (FONTES, 2018) — e sobretudo das crianças —, gerando um espaço cidadão mais democrático e inclusivo (GOMES; GOMES; MELLO, 2019).

2.3 Participação Política

As cidades do Sul Global muitas vezes são incapazes de oferecer condições e oportunidades equitativas aos seus residentes, privando a maioria de sua população de satisfazer suas necessidades básicas. A cidade, no entanto, é resultado de um longo processo de transformação (FABER, 2013). A partir de determinado momento, transformam-se casas, ruas e pontes. Destroem-se imóveis. Constroem-se coisas novas. Algumas vezes, mudam-se os ambientes por motivos práticos e/ou considerados necessários para dada época (SECCHI, 2006).

As transformações territoriais no Brasil, ou os usos que se dão aos espaços, privilegiaram, a contar da segunda metade do século XX, grandes centros comerciais. A lógica de expansão capitalista, oriunda da urbanização comercial — sob o comando dos interesses do mercado —, causa uma série de problemas estruturais, com destaque ao êxodo dos centros urbanos. Nestes, os espaços começam a ficar pequenos, surgem, portanto, as especulações imobiliárias e, em decorrência, as periferias, porque as áreas próximas ao comércio se tornam mais caras e quem tem menos capacidade de consumo vai para mais longe — às margens do lugar. A lógica de mercado, então, começa a prevalecer na cidade (LEFEBVRE, 2001; SANTOS, 2013).

Tal contexto de desigualdade na urbe corrobora com o surgimento de lutas urbanas, ainda que fragmentadas e incapazes de produzir grandes mudanças no modelo de desenvolvimento urbano hegemônico, como pode ser observado por Bastos et al. (2022) no que tange à mobilidade urbana. Apesar de o Brasil não ter um histórico social de povo que luta pelos seus direitos, em tempos recentes surgiram algumas manifestações em prol dos direitos urbanos. O direito à cidade passou a ser reivindicado, portanto, por vários fins. Direito à moradia, melhoria do transporte público, mobilidade urbana, defesa de espaços públicos contra privatizações, são exemplos. Segundo Cafrune



(2016), as discussões e convocações acerca das manifestações foram aceleradas devido ao acesso às novas tecnologias de comunicação, através das mídias sociais.

Algumas manifestações se destacaram, como os “comitês populares da Copa do Mundo de 2014” — incentivadas pelos protestos decorrentes da realização da Copa do Mundo no Brasil, chocando poder público, privado e sociedade civil, tendo em pauta as consequências das modificações sofridas nos espaços urbanos e o impacto direto e indireto na vida das pessoas, o que foi chamado por Leão et al. (2017) de guerra biopolítica; as “Jornadas de junho de 2013” — iniciadas pelos populosos protestos contra o aumento das passagens de ônibus, em São Paulo, e difundidos nacionalmente para outras esferas, tais como saúde e educação (BRAGA, 2013); o “movimento ocupe Estelita” — inspirado pelo direito popular da democratização do espaço urbano e incitado pela autorização dada pelo Estado às grandes construtoras de Recife (PE) para privatização do espaço; e os “rolezinhos nos shoppings” — proibição de encontros de jovens da periferia nos shoppings centers de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, enfatizando que o acesso a ambientes privilegiados da cidade só é permitido a determinados grupos sociais (CAFRUNE, 2016).

Tais expressões de lutas urbanas são representativas do período e compartilham entre si a perspectiva do direito à cidade como direito de viver, usar e produzir o espaço urbano. Nesse sentido, a construção da realidade metropolitana se dá através de disputas políticas entre os atores cidadãos (MELLO; BASTOS; LACERDA, 2020). Assim, a participação política das pessoas mostra-se relevante, porque, ao participar das decisões urbanas, o cidadão se apropria da democratização do direito à cidade. Nos últimos anos, o Brasil, apesar de seu histórico, no que tange à urbe, mostrou-se participativo nas transformações territoriais.

2.3.1 Participação Política das Crianças

Pouco se discute na literatura, mas é possível identificar momentos importantes que envolvem crianças na política urbana das cidades brasileiras. Essas experiências destacam e ilustram a noção abstrata de direito à cidade, que está implícita na formulação de políticas no Brasil e na produção infantil do espaço urbano.

Em Recife, por exemplo, o plano municipal da primeira infância contou com a participação das crianças matriculadas nas escolas do município pernambucano, as quais foram convidadas a desenhar “a cidade que queriam”. As ilustrações foram analisadas e os seus assuntos foram incluídos na pauta do plano municipal, referindo-se às “suas vozes” — participação política — sobre o urbano.



Em 2014, a cidade de Curitiba convidou as crianças a participarem do seu plano diretor — principal instrumento da política urbana, obrigatório para todas as cidades com mais de vinte mil habitantes, para aquelas integrantes de regiões metropolitanas, e cidades turísticas, em que é permitida a participação popular, desde a concepção à implementação do plano diretor (GUIMARAENS, 2010).

Contudo, não há históricos positivos da participação infantil em decisões públicas. A infância é especialmente prejudicada, quer pela relativa invisibilidade frente às políticas públicas, quer pela exclusão do processo de decisão da vida coletiva (SARMENTO et al., 2007). No País, o que se observa com mais frequência é a convocação das crianças para participação em planos diretores. Porém, não se sabe se as opiniões delas são consideradas, a rigor. Soam, sim, como “tokenismo” (CORDEIRO et al., 2019).

Muitas vezes, surgem desconfianças, até mesmo quanto à capacidade infantil de opinar em debates políticos. A ideia de incompletude da criança em relação à sua “capacidade” e /ou “competência” advém das visões tradicionais de socialização — que as relega a destinatárias passivas das doutrinas dos adultos (CORSARO, 2011; PROUT; JAMES, 2015; SARMENTO, 2005; 2013).

Em contraposição, na moderna sociologia da infância, pensada em termos estruturais, rompe-se com a perspectiva individual. Ela se reflete não em termos de desenvolvimento da criança, mas de desenvolvimento da infância — período em que as crianças vivem sua vida. Na presente perspectiva, tem-se, então, uma categoria estrutural, manifesta numa lógica como a de classe social e a de grupo de idade. Logo, infere-se que as crianças são membros de sua infância, a qual é passageira. Porém, para a sociedade, trata-se de uma categoria estrutural permanente, embora seus membros mudem e a sua natureza também, historicamente (CORSARO, 2011; QVORTRUP, 2010, 2011; SARMENTO, 2005, 2013).

Sendo categoria estrutural, a infância é inter-relacionada a outras categorias estruturais, como classe social e gênero (QVORTRUP, 2010; 2011). Por decorrência, a interação das estruturas afeta a natureza da infância. Em sociedades modernas, mudanças categóricas resultaram em, por exemplo, muitas mães trabalhando fora de casa, enquanto seus filhos pequenos passaram a frequentar instituições de apoio à família — como creches ou escolas integrais —, que não existiam no passado com as atuais configurações.

A infância, como categoria estrutural, representa o ponto de partida para que a sociologia, a qual hoje a analisa, seja atravessada por diferentes correntes. Para Corsaro (2011), a ocorrência das principais rupturas do campo gira em torno do conceito de reprodução. Uma corrente existe em função da reprodução passiva e da continuidade da estrutura social; e outra, em alternativa —



concebida pelo próprio Corsaro (2011) —, da reprodução interpretativa, em que se exprime a ideia de que as crianças, em interação com os adultos, recebem estímulos à integração social, contendo, por exemplo, crenças, valores, conhecimentos e condutas. Esses estímulos, ao invés de incorporados de maneira passiva, transformam-se pelas interpretações e condutas infantis. Assim, não só os adultos intervêm junto às crianças; as crianças também intervêm junto aos adultos.

Assente na infância como categoria social e, em especial, nas teorias de reprodução interpretativa, enfatiza-se a capacidade da criança à participação social e sua competência à arena política, na visão de mundo infantil e não “adultocêntrica”. Portanto, é provável que, em um fragmento de espaço urbano, onde é permitida a convivência das crianças e, em adição, também lhe é dado direito à voz, elas possam ressignificar a cidade em um local adequado a elas, baseadas em suas próprias perspectivas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa pautou-se por uma metodologia qualitativa. Primeiramente, foi construído um corpus linguístico, compreendido como uma coleção temática de dados, informações textuais e documentos, reunidos arbitrariamente por um pesquisador (BARTHES, 2012). O corpus possibilita gerar significados para o estudo de fenômenos que se dão no contexto do qual os textos que o constituíram emergiram. A construção do corpus de pesquisa foi composta por materiais visuais e documentais, como vídeos, imagens e textos sobre o MVM, reunidos via internet em 36 vídeos do YouTube e 50 reportagens publicadas entre janeiro de 2019 e fevereiro de 2021 e no e-book: “Mais Vida nos Morros: Reinvenção Urbana Passo a Passo”.

No Quadro 1, abaixo, estão elencados os vídeos do YouTube. No Quadro 2, na próxima página, estão elencadas as reportagens.

Quadro 1 - Vídeos do YouTube.

N.	Título	Duração
1.	Fase 1	2min19
2.	Apresentação	2min23
3.	Fase 2	2min59



4.	Fase 3	1min58
5.	Capítulo UR10	3min57
6.	Como redesenhar cidades mais resilientes para os desafios urbanos	2h27min
7.	Como a pedagogia urbana e as crianças podem contribuir para a construção de cidades sustentáveis	1h44min
8.	Como a sociedade civil pode contribuir para construção de uma cidade sem plásticos	1h22min
9.	Segundo megamutirão mais vida nos morros	1min22
10.	Segundo megamutirão no Jordão	1min04
11.	Segundo megamutirão mais vida nos morros	1min03
12.	Mais vida nos Morros ganha prêmio em SP	1min20
13.	Gincana Recife sem plástico nas escolas da rede municipal	1min57
14.	Mais Vida nos Morros – Lagoa Encantada – Balanço Geral Manhã	3min18
15.	Mais Vida nos Morros – inauguração Lagoa Encantada	2min
16.	Ampliação do Mais Vida no Morros – Jornal da Tribuna	2min36
17.	Mais Vida nos Morros – Lagoa Encantada – TV Jornal	1min56
18.	Mais Vida nos Morros – Inauguração Lagoa Encantada ao Vivo – TV Tribuna	6min07
19.	Mais Vida nos Morros – Lagoa Encantada – Balanço Geral – TV Clube	3min37
20.	Mais Vida nos Morros – Inauguração Lagoa Encantada – TV Clube	3min14



21.	Mais Vida nos Morros – Inauguração do Capítulo Vasco da Gama – Tv Tribuna	1min57
22.	Mais Vida nos Morros – Moradores participa de projeto que mudam os morros no Recife – Tv Globo	2min47
23.	Mais Vida nos Morros – Nordeste Viver e Preservar – Tv Globo	9min37
24.	Mais Vida nos Morros – Capítulo Córrego do Jenipapo	28s
25.	Mais Vida nos Morros – Dia dos Namorados	1min01
26.	Prefeito lança programa Mais Vida nos Morros	53s
27.	Mais Vida nos Morros – Vista Aérea do Sítio São Brás	25s
28.	Mais Vida nos Morros – Brincar de Boneca	31s
29.	Mais Vida nos Morros – Pular Amarelinha	27s
30.	Mais Vida nos Morros – Jogar Pião	28s
31.	Mais Vida nos Morros – Salto em Distância	27s
32.	Mais Vida nos Morros – Jogar Bola	28s
33.	Mais Vida nos Morros – Capítulo Alto José Bonifácio	49s
34.	Mais Vida nos Morros – Capítulo Lagoa Encantada	1m34s
35.	Mais Vida nos Morros – Capítulo Sítio São Brás	1m
36.	Mais Vida nos Morros – Capítulo Beberibe	1m1s

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.04., 2023, p. 2044-2079.

Sérgio Carvalho Benício de Mello, Daniella Ramos da Silva, Ana Clara Lira do Nascimento e Poliana Nunes de Santana

DOI: 10.12957/rdc.2023. 67779 | ISSN 2317-7721

Quadro 2 - Reportagens.

N.	Título	Data
1.	Mais Vida nos Morros lança ação de arrecadação na Semana do Meio Ambiente	Reportagem de junho de 2020
2.	Mais Vida nos Morros tem programação virtual na Semana do Meio Ambiente	Reportagem de junho de 2020
3.	Mutirão do Mais Vida nos Morros coloriu cerca de 50 casas no Ibura	Reportagem de junho de 2019
4.	Mais Vida nos Morros lança consulta pública durante painel do REC'n'Play	Reportagem de outubro de 2019
5.	Mais Vida nos Morros mapeia sonhos de crianças e adultos na Lagoa Encantada	Reportagem de julho de 2019
6.	Protagonismo cidadão, inovação urbana e o futuro das cidades no REC'n'Play	Reportagem de outubro de 2019
7.	Programa Mais Vida nos Morros recebe prêmio nacional	Reportagem de outubro de 2019
8.	Mais Vida nos Morros chega ao Alto José do Pinho e Mangabeira	Reportagem de novembro de 2019
9.	Mais Vida nos Morros reúne time de embaixadores para transformar as comunidades - Blog da Folha - Folha PE	Reportagem de dezembro de 2019
10.	Inscrições abertas para voluntários no segundo mutirão do Mais Vida Teimosa	Reportagem de novembro de 2019
11.	Mais Vida nos Morros abre inscrições para voluntários que queiram se engajar em Megamutirão que beneficiará 12 comunidades	Reportagem de dezembro de 2019
12.	Comunidade do UR-10, na Zona Sul do Recife, é revitalizada	Reportagem de outubro de 2020
13.	Crianças e moradores do UR-10 escrevem mais um capítulo do programa Mais Vida nos Morros	Reportagem de outubro de 2020
14.	Zona Sul do Recife ganha nova intervenção do Mais Vida nos Morros	Reportagem de outubro de 2020
15.	Prefeito Geraldo Julio comemora três anos do Mais Vida Nos Morros com anúncio da ampliação do programa	Reportagem de junho de 2019
16.	Mais Vida nos Morros é destaque em evento do BID	Reportagem de agosto de 2019
17.	Mais Vida Nos Morros está pintando o Morro da Conceição de azul e branco	Reportagem de julho de 2019

18.	Artista plástico Manoel Quitério leva sua arte ao Morro da Conceição	Reportagem de abril de 2018
19.	Mais Vida Teimosa inova a forma de ouvir o cidadão	Reportagem de julho de 2019
20.	Varandas brincantes marcam a inauguração do Mais Vida nos Morros, em Lagoa Encantada	Reportagem de novembro de 2019
21.	Programa Mais Vida nos Morros chega ao Sítio dos Pintos	Reportagem de abril de 2018
22.	Morro da Conceição é o sexto bairro transformado pelo Mais Vida nos Morros Prefeitura do Recife	Reportagem de maio de 2018
23.	Tintas Coral apoia programa Mais Vida nos Morros	Reportagem de setembro de 2019
24.	Mais Vida nos Morros transforma vida de moradores de Lagoa Encantada	Reportagem de novembro de 2019
25.	Megamutirão Mais Vida nos Morros transforma 12 comunidades do Recife	Reportagem de dezembro de 2019
26.	João Campos acompanha ação do Mais Vida nos Morros em Rosa Selvagem	Reportagem de fevereiro de 2021
27.	Mais Vida nos Morros orienta consulta pública em Brasília Teimosa	Reportagem de outubro de 2019
28.	Mais Vida nos Morros orienta consulta pública em Brasília Teimosa	Reportagem de novembro de 2019
29.	Mega Mutirão do Mais Vida nos Morros transforma 12 comunidades do Recife neste sábado (14)	Reportagem de novembro de 2019
30.	Projeto Mais Vida nos Morros chega ao bairro de Beberibe	Reportagem de junho de 2018
31.	Moradores do Burity escrevem o 13º capítulo do Mais Vida nos Morros	Reportagem de agosto de 2019
32.	Grafiteiros se arriscam para pintar encostas dos morros do Recife sem equipamentos de proteção	Reportagem de fevereiro de 2021
33.	Morro da Conceição será beneficiado pelo Mais Vida nos Morros	Reportagem de outubro de 2017
34.	Mais Vida nos Morros realiza primeiro mutirão em Brasília Teimosa com inscrições abertas para voluntários	Reportagem de outubro de 2019
35.	Moradores engajados pintam suas residências no Campo da União	Reportagem de março de 2019
36.	Mais Vida nos Morros estreia o bloco carnavalesco Unidos Contra o Lixo	Reportagem de fevereiro de 2020



37.	Mais Vida nos Morros ganha destaque internacional	Reportagem de julho de 2019
38.	João Campos defende o programa Mais Vida nos Morros de Geraldo Júlio	Reportagem de maio de 2021
39.	Alessandra Vieira participa de visita à comunidade para conhecer o projeto “Mais Vida nos Morros”	Reportagem de setembro de 2019
40.	Caminhantes do Recife conhecem projeto Mais Vida nos Morros	Reportagem de janeiro de 2019
41.	Mais Vida nos Morros é referência em fórum internacional	Reportagem de agosto de 2020
42.	Mais Vida nos Morros chega ao Campo da União	Reportagem de fevereiro de 2019
43.	Mais Vida nos Morros chega ao Sítio São Brás e já transforma vida de 13 mil recifenses	Reportagem de novembro de 2018
44.	Programa Chegando Junto promove megamutirão do Mais Vida nos Morros em 16 comunidades simultaneamente	Reportagem de agosto de 2019
45.	Taís Paranhos: Programa Chegando Junto promove megamutirão do Mais Vida nos Morros em 16 comunidades	Reportagem de agosto de 2020
46.	Crianças e moradores do UR-10 escrevem mais um capítulo do programa Mais Vida nos Morros	Reportagem de novembro de 2020
47.	Mais Vida nos Morros promove gincana de arrecadação de plástico inspirada pelo movimento Julho Sem Plástico	Reportagem de julho de 2019
48.	Prefeitura do Recife lança o programa “Recicla Mais”, de incentivo para a troca de lixo plástico, por produtos reciclados	Reportagem de julho de 2020
49.	Uma nova história para os morros do Recife: comunidade Lagoa Encantada	Reportagem de setembro de 2020
50.	Prefeito lança programa de convivência Mais Vida nos Morros	Reportagem de abril de 2016

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Após a coleta, os extratos foram agrupados e categorizados, como recomendam Merriam e Tisdell (2015), no que elas consideram estudo qualitativo básico ou genérico.

A análise do *corpus* desvelou os textos obtidos para o alcance do objetivo de pesquisa. Os extratos do *corpus* analítico foram agrupados a partir das seguintes categorias: política pública e participação política. Estas, por sua vez, foram divididas em subcategorias: planejamento tradicional e urbanismo tático, e participação política da comunidade e da criança, respectivamente — ver Figura 2.



Figura 2 - Categoria e subcategorias do *corpus*.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Na categoria política pública, buscou-se a compreensão do projeto MVM no tocante ao planejamento urbano — tradicional, em que prevalecem as decisões do poder público, numa direção top-down; e/ou urbanismo tático, que conta com a participação e mobilização da população local, no sentido bottom-up. Na categoria participação política, por sua vez, procurou-se entender a importância dos anseios e reivindicações da comunidade — e mais especificamente da criança — nas decisões acerca do espaço onde residem, bem como de suas demandas sobre o urbano. Desse modo, a partir da definição das categorias e subcategorias, sínteses e recortes associados a elas foram selecionados no corpus, como exemplificado no Quadro 1.

Quadro 3 - Sínteses e recortes do *corpus*.

Sínteses e recortes	Categoria	Subcategoria
“O que era lixo, hoje é futuro. Estamos criando incentivos para que o morador faça a coleta e troque seu lixo por soluções feitas a partir do plástico, para que assim, mais na frente, a gente deixe de ver lixo nos canais, rios e barreiras da cidade” (Reportagem de julho de 2019).	Política pública	Planejamento tradicional
“A grande missão do Mais Vida nos Morros é reinventar a cidade e combater a desigualdade socioespacial promovendo o desenvolvimento sustentável, o protagonismo comunitário e um espaço urbano melhor para as crianças nas comunidades de interesse social do Recife” (Caderno MVM, 2021).	Política pública	Urbanismo tático

“O morador participa desde a criação das soluções urbanas e ambientais até a parte de colocar a mão na massa” (Reportagem de outubro de 2019).	Participação política	Comunidade
“(...) aconteceu uma oficina para as crianças onde elas puderam falar sobre os seus sonhos para a comunidade e pintá-los na parede da pracinha” (Reportagem de julho de 2019).	Participação política	Criança

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A seguir, apresentar-se-á os resultados derivados das análises. Em outros termos, a partir das categorias — política pública e participação política — e suas respectivas subcategorias — planejamento tradicional e urbanismo tático, comunidade e criança, respectivamente —, os resultados foram obtidos.

4 RESULTADOS

No que tange à política pública, o MVM foi desenvolvido pela Prefeitura do Recife, através da Secretaria Executiva de Inovação Urbana, criada justamente com essa finalidade: operacionalizar o programa e promover outras políticas urbanas inovadoras. A iniciativa visa encontrar soluções novas para problemas graves e antigos, que afetam a população há décadas, especialmente pessoas em situação de vulnerabilidade, residentes nas comunidades de interesse social do município. Para tanto, em conformidade com o que aponta Brenner (2016) ao tratar de ações como estas, o morador se torna "agente da mudança" e protagonista do processo, participando ativamente da construção conjunta de soluções para o lugar em que vive, o que desperta nele o sentimento de pertencimento ao local.

“A intervenção foi desenvolvida a partir de um processo colaborativo mediado pela equipe multidisciplinar do Mais Vida nos Morros, junto aos moradores da comunidade de Lagoa Encantada. Os moradores participaram prioritariamente das oficinas de engajamento, diagnóstico coletivo e cocriação, ao passo que as intervenções foram executadas pelos técnicos operacionais da Prefeitura [...]” (Reportagem de setembro de 2020).

Embora o MVM seja uma iniciativa do Estado, parte-se do pressuposto de que os cidadãos são os verdadeiros especialistas sobre a cidade, por isso seus pontos de vista devem ser considerados, como defendia Jacobs (2011) ao tratar do planejamento urbano. Um dos principais objetivos do MVM é promover e estimular o engajamento cidadão, envolvendo o morador em todo o processo, desde o diagnóstico de problemas e possíveis soluções até a execução, como nos mutirões de pintura. Assim,



os anseios e necessidades da população são ouvidos e considerados, buscando encontrar soluções correspondentes à realidade vivenciada, o que é de extrema importância à superação dos problemas urbanos, como ressalta Budge (2018).

Mesmo decisões inicialmente tomadas pelo Poder Público são discutidas junto às comunidades. Note-se, portanto, que, a princípio, o programa é estabelecido numa direção top-down, como é típico das ações do planejamento urbano clássico. Contudo, o poder de participação política da comunidade atribui-lhe um caráter bottom-up também. Logo, pode-se afirmar que o MVM cumpre o desafio apresentado por Lydon e Garcia (2015), ao fomentar uma interação "bottom-up, top-down", principalmente por meio das oficinas de cocriação, com o intuito de conciliar os interesses desses dois atores sociais.

“Após a escuta e a realização das oficinas, a equipe começa a colocar os sonhos de todos no papel e a detalhar como será a execução das intervenções [...]. Tudo vai sendo validado, ao mesmo tempo, com a própria comunidade” (Caderno MVM, 2021).

Tudo isso faz do MVM uma política pública democrática, consultiva e inclusiva, características apontadas por Jacobs (2011) como essenciais à construção da cidade, quando criticou os princípios do planejamento urbano tradicional na década de 1960, os quais vinham levando à "morte das grandes cidades". De modo oposto, o programa busca requalificar os espaços públicos, trazendo vitalidade, isto é, "mais vida" às periferias, e especialmente aos altos e morros. O cardápio de soluções, por exemplo, é dividido em várias temáticas, trazendo opções como a pintura de fachadas das casas e revitalização de lugares ociosos e/ou mal aproveitados, para redesenhar o espaço das comunidades a partir de ações simples, como é característico do urbanismo tático (LYDON; GARCIA, 2015; FONTES, 2018).

As ações de reconstrução do espaço urbano, desenvolvidas pelo MVM, têm como característica a fácil execução, rápida implementação e o baixo custo, possibilitando a expansão contínua do programa desde a sua criação. As intervenções realizadas nas diversas comunidades do Recife, como revitalização de praças, construção de jardins e ambientes de convívio e de brincadeiras, funcionam como soluções aos problemas vivenciados, como acúmulo de lixo e falta de lugares de sociabilidade para adultos e crianças — vide imagens apresentadas abaixo). Como ressalta Casagrande (2020) ao indicar às características básicas do urbanismo tático, as pequenas ações desenvolvidas apresentam-se com um grande impacto às comunidades de interesse social da cidade, ao impulsionar a transformação do espaço e da vida dos moradores, colocando-os como parte da solução e melhorando sua relação com a urbe. O antes e o depois de algumas dessas transformações pode ser observado nas Figuras 3, 4, 5 e 6.



“[...] os processos de participação popular foram imprescindíveis para que os objetivos fossem alcançados na qualificação, criação e fortalecimento dos espaços públicos como espaços de encontro, permanência e manifestação da cultura coletiva; criação de rotas seguras e amigáveis à primeira infância como estratégia de fortalecimento da comunidade; arte urbana como comunicadora da identidade do lugar e ferramenta de vínculos e união” (Reportagem de setembro de 2020).

Figura 3 - Antes e depois do bairro Beberibe.



Fonte: MVM (2022).

Figura 4 - Antes e depois do Bairro Ibura.



Fonte: MVM (2022).

Figura 5 - Antes e depois de Guabiraba.



Fonte: MVM (2022).

Figura 6 - Antes e depois do bairro Ibura.

Fonte: MVM (2022).

A respeito da participação política da comunidade, percebeu-se que o incentivo da política pública foi imprescindível para o envolvimento se mostrar satisfatório. O MVM cria a oportunidade de participação política da população ao chamá-la para o engajamento através de diversos processos de escuta, tais como: rodas de conversas, oficinas — de envolvimento, para diagnósticos coletivos, de mapeamento e criatividade e cocriação de cidades —, mapeamentos afetivos, “cardápio de soluções” a serem realizadas no espaço, entre outras. As escutas são essenciais para que as transformações na comunidade sejam determinadas segundo a opinião pública.

É importante ressaltar que nas comunidades beneficiadas pelo MVM, mesmo referindo-se a localidades de alta vulnerabilidade social e econômica, não houve disputa política pelo espaço urbano. Embora Bastos et al. (2022) tenham identificado contextos de desigualdade urbana corroborando com o surgimento de lutas urbanas, e apesar de o Brasil se mostrar participativo às transformações territoriais nos últimos anos — através de manifestações —, essas comunidades não condizem com tal realidade. Participaram politicamente porque este direito lhes foi dado pela política pública e não por meio de disputas.

Durante o processo, o MVM busca conhecer a comunidade através das pessoas. Identificam os espaços bem utilizados e os que precisam de melhorias. A partir de então, solicitam a opinião dos moradores acerca das soluções para os problemas identificados em conjunto. Assim, criam juntos novos espaços urbanos.

“A intenção foi fazer com que as pessoas apresentassem a sua comunidade, os lugares que elas mais usam e possuem carinho, além daquilo que precisava melhorar, para, em conjunto, criar soluções” (Reportagem de julho de 2019).

Independente de disputa de poder, a participação política da comunidade no MVM mostrou-se bem assertiva nas decisões em alguns casos específicos. Ou seja, quando lhes foi dado o direito à participação, esta foi efetiva.

“[...] teve uma discussão, eles [MVM] mapearam todas as intervenções para se fazer, discutiram com os moradores, validou... e aí a comunidade fez uma reunião e disse que se não fizesse a Praça Nelson Poeta, que eles já trouxeram o nome de quem queriam homenagear, que é um morador de lá, filho de Casa Amarela, e fosse fora do perímetro — quase que 1 km hoje do perímetro de intervenção —, para eles era o mesmo que não fazer nada” (Vídeo 7).

O produto da escuta, no caso do MVM, é o engajamento da comunidade e a possibilidade de escolha/cocriação da melhoria urbana oferecida pela política pública.

“Nessas oficinas de cocriação, a gente também define juntos se o bairro está precisando melhorar a iluminação, fazer praquinhos, se aquele mirante lindo precisa se livrar do lixo e ganhar um banco para a gente ficar admirando a vista, ou se as crianças estão precisando de um espaço para brincar de amarelinha ou bater uma bola” (Vídeo 3).

Em relação à participação política da criança, notou-se que a exemplo da participação política da comunidade, o incentivo do MVM foi imprescindível para dar voz às crianças — Figura 7. Apesar de não haver históricos positivos da participação infantil em questões públicas, neste caso as crianças foram convidadas às decisões da comunidade. Cabe ressaltar que o seu processo de escuta é



diferenciado para haver a compreensão acerca do que elas desejam para as transformações territoriais. Assim, fora executado de três maneiras (CADERNO MVM, 2020):

- I. Caminhadas lúdicas: um passeio longo pela comunidade, através do qual as crianças utilizam figuras para colar nos lugares que representam algo para elas, como um coração para o que têm afeto e um curativo para o que julgam merecer reparo;
- II. Mapeamentos afetivos: através de um mapa ilustrativo da área, em que as crianças escrevem ou desenham suas opiniões sobre as mudanças no espaço e, desta forma, ajudam a equipe a compreender os sentimentos em relação ao território; e
- III. Oficina de desenhos: em que as crianças demonstram através dos desenhos o que desejam para a sua comunidade.

Figura 7 - Escuta de crianças.



Fonte: MVM (2022).

A propósito do “tokenismo”, reconhecido por Cordeiro et al. (2019), enfatiza-se que neste caso, as opiniões das crianças foram levadas a sério e materializadas no espaço público através das transformações que lhes beneficiam, como praças, parques e pinturas lúdicas na comunidade. Inclusive, participaram ativamente do processo de transformação, como pode ser observado nas figuras 8, 9 e 10 abaixo.

“As crianças foram os principais agentes transformadores desta intervenção. Elas apresentaram seus pedidos, selecionaram as cores e os elementos das artes para deixar o lugar onde moram mais bonito” (Reportagem de janeiro de 2019).

Figura 8 - Vestígios de pintura em calçado infantil após participação ativa.



Fonte: MVM (2022).

Figura 9 - Participação de crianças na pintura de praça na comunidade Ilha de Deus.



Fonte: MVM (2022).

Figura 10 - Participação ativa de crianças na transformação de espaço na Ilha de Deus.



Fonte: MVM (2022).

Nota-se, portanto, que o MVM dispensa considerável atenção às crianças, tratando-as como quaisquer outras pessoas moradoras da comunidade: como cidadãs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do MVM permitiu observar que políticas públicas baseadas na noção de urbanismo tático se configuram como uma alternativa interessante ao planejamento tradicional, especialmente por desenvolverem soluções urbanas de rápida implantação, custo baixo e curto prazo, para problemas que afetam as grandes cidades já há muitas décadas, como a carência de infraestrutura e a ausência de ambientes de lazer e convivência, transformando os espaços urbanos e melhorando a qualidade de vida da população — sobretudo das crianças. Convém ressaltar que o programa cumpre o desafio de articular os interesses de vários atores sociais, ao estabelecer uma interação “*bottom-up, top-down*” entre o poder público e a sociedade civil, e ainda obter o apoio financeiro da iniciativa privada.

Partindo do pressuposto de que o morador é o verdadeiro especialista da comunidade, o MVM promove o protagonismo cidadão. Nesse sentido, ele estimula a participação política de toda a comunidade, incluindo as crianças, nas decisões afetas ao espaço urbano. A proposta de dar voz às pessoas mostrou-se como uma importante ferramenta da democratização e reconhecimento, por parte dos cidadãos, dos direitos à cidade, tendo em vista a percepção da fragilidade do Estado na hora de fazer valer os direitos dos cidadãos. Direitos estes bem apropriados quando lhes foi dada a oportunidade de participação.

As crianças, em especial, vivenciaram a materialização dos seus anseios no que se refere ao espaço público. Houve melhorias da mobilidade a pé e dos espaços para brincadeira na rua, fatores estes que reforçam os laços de identidade e de pertencimento das crianças aos seus lugares públicos. Possivelmente, esta atuação política precoce e bem-sucedida pode despertar a consciência pela busca e/ou mobilização de seus direitos para além dos urbanos — na infância e no restante de sua vida.

Ressalta-se, por fim, a importância de políticas públicas baseadas no conceito de urbanismo tático, nas quais se dá a oportunidade de participação à população que ainda não compreendeu que a transformação da realidade metropolitana ocorre através das disputas políticas entre os atores cidadãos. A participação torna-se, portanto, uma lição de cidadania para essas pessoas. Lição repassada às crianças. Esta, trata-se de uma lição que ninguém aprende por lhe ensinarem — aprende-se vivenciando.



REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, A. P. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. **Revista de Direito do Estado**, v. 3, p. 17-54, 2008.
- BARTHES, R. **Elementos de semiologia** (11a ed.). São Paulo: Cultrix, 2012.
- BASTOS, A. F. S.; RAMOS, D.; MELLO, S. C. B.; VALENÇA, S. Mobilidade urbana contemporânea à luz da teoria política do discurso de Laclau e Mouffe. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 14, n. 3, p. 147-160, 2022.
- BATTAUS, D. M. A.; OLIVEIRA, E. A. B. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 97, p. 81-106, 2016.
<https://doi.org/10.1590/0102-6445081-106/97>.
- BRAGA, R. As jornadas de junho no Brasil: Crônica de um mês inesquecível. **Observatório Social de América Latina**, v. 8, p. 51-61, 2013.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988, 5 de outubro.
- BRASIL. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001, 10 de julho.
- BRENNER, N. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal. **E-metropolis**, v. 7, n. 27, p. 8-18, 2016.
- BUDGE, K. Making in the city: disjunctures between public discourse and urban policy. **Australian Geographer**, v. 50, n. 2, p. 185-199, 2018.
- CAFRUNE, M. E. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 185-206, 2016.
- CASAGRANDE, M. From urban acupuncture to the third generation city. *In*: ROGGEMA, R. (Ed.), **Nature Driven Urbanism** (p. 131-153). Cham: Springer, 2020.
- CATTANI, A. D.; FERRARINI, A. V. Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza. **Katálysis**, v. 13, n. 2, p. 164-172, 2010.
- CORDEIRO, A. T.; AITKEN, S. C.; MELLO, S. C. B. Young people and Brazil’s statute on the right-to-the-city. *In*: IMOH, A. T.; BOURDILLON, M.; MEICHSNER, S. (Eds.), **Global childhoods beyond the north-south divide** (p. 81-98). Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- CORSARO, W. A. **Sociologia da infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.



DE MEULDER, B.; LOECKX, A.; SHANNON, K. A project of projects. **Urban Trialogues. Visions, projects, coproductions: Localizing Agenda**, v. 21, p. 187-197, 2004.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Programa Mais Vida nos Morros recebe prêmio nacional**. 2019. Recuperado em 19 de julho de 2021, de <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2019/10/programa-mais-vida-nos-morros-recebe-premio-nacional.html>.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. **Zona Sul do Recife ganha nova intervenção do Mais Vida nos Morros**. 2020. Recuperado em 19 de julho de 2021, de <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/10/zona-sul-do-recife-ganha-nova-intervencao-do-mais-vida-nos-morros.html>.

DUQUINO-ROJAS, L. G. Sustentabilidad ambiental urbana, alternativas para una política pública ambiental. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 28, n. 1, p. 141-149, 2018.

FABER, M. A importância dos rios para as primeiras civilizações. **História Ilustrada**, v. 2, 2013.

FONTES, A. S. Tactical urbanism for a gradual requalification of the metropolitan public space: The case of Park(ing) Day Rio de Janeiro. **Arquiteturarevista**, v. 14, n. 1, p. 91-104, 2018.

GADANHO, P. Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão. **Plot**, v. 48, p. 171-173, 2016.

GEHL, J. **Cidades para pessoas** (2. ed.). São Paulo: Perspectiva, 2013.

GOMES, J. D.; GOMES, L. D.; MELLO, M. M. C. O urbanismo tático e o direito à cidade. **Políticas Públicas & Cidades**, v. 8, n. 4, p. 40-51, 2019.

GUIMARAENS, M. E. B. **Coleção Cadernos da Cidade**: a participação na revisão dos Planos Diretores (v. 17). Porto Alegre: CIDADE – Centro de Assessoria e Estudos Urbanos, 2010.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Eds.). **Políticas públicas e assistência social**: diálogo com as práticas psicológicas (3a ed., p. 70-103). Petrópolis: Vozes, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, DPE, 2016. Recuperado em 11 de abril de 2021, de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=759>.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2011.

JORNAL DO COMMERCIO. **Mais Vida nos Morros, criado no Recife, recebe aval da ONU-Habitat**. 2019. Recuperado em 19 de julho de 2021, de <https://jc.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2019/05/07/mais-vida-nos-morros-criado-no-recife-recebe-aval-da-onu-habitat-378061.php>.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.04., 2023, p. 2044-2079.

Sérgio Carvalho Benício de Mello, Daniella Ramos da Silva, Ana Clara Lira do Nascimento e Poliana Nunes de Santana

DOI: 10.12957/rdc.2023. 67779 | ISSN 2317-7721

KORENIK, D.; WĘGRZYN, M. Public Policy Timing in a Sustainable Approach to Shaping Public Policy. *Sustainability*, v. 12, n. 7, p. 2677, 2020.

LEÃO, A. L. M. S.; ARAÚJO, S. L. E.; FERREIRA, B. R. T.; MOURA, B. M. Guerra biopolítica e crise de representação democrática na Copa do Mundo de 2014. *Revista de Gestão Pública*, v. 6, n. 2, p. 215-245, 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LERNER, J. **Acupuntura urbana** (5a ed.). Rio de Janeiro: Record, 2011.

LYDON, M.; GARCIA, A. **A tactical urbanism how-to**. In *Tactical urbanism* (p. 171-208). Washington, DC: Island Press, 2015.

MAIS VIDA NOS MORROS - MVM. **Reinvenção urbana passo a passo** (1a ed.). São Paulo: Cross Content - Secretaria Executiva de Inovação Urbana, 2020.

MVM - **Mais Vida nos Morros**. Recife. Instagram: @maisvidanosmorros. Disponível em: <https://www.instagram.com/maisvidanosmorros/>. Acesso em: 4 maio 2022.

MELLO, S. C. B.; BASTOS, A. F. S.; LACERDA, C. C. O. Lutas urbanas no Cais Mauá e na Avenida Paulista: metodologia qualitativa para compreensão de transformações no espaço público das cidades. *Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, v. 9, n. 1, p. 106-125, 2020. <https://doi.org/10.46802/rmsde.v9i1.241605>.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research: a guide to design and implementation**. John Wiley & Sons, 2015.

MORAES, D. A. Revisitando as Zonas Especiais De Interesse Social no Recife: limites e contradições para a gestão e regulação de favelas. *Oculum Ensaios*, v. 17, 2020.

MOURA, E. A. C. As políticas públicas urbanas brasileiras e a gestão democrática: o controle social na efetivação do direito à cidade. *Revista de Direito da Cidade*, v. 8, n. 3, p. 1064-1095, 2016.

NASSAR, U. A. E. Urban acupuncture in large cities: filtering framework to select sensitive urban spots in riyyadh for effective urban renewal. *Journal of Contemporary Urban Affairs*, 5(1), 1-18, 2021.

NEPOMUCENO, C. L.; DIAS, D. M. S. O Estatuto da Cidade e a democratização da gestão urbana: um estudo de caso na cidade de Marabá-PA. *Revista de Direito da Cidade*, v. 9, n. 2, p. 389-419, 2017.

PREFEITURA DO RECIFE. **Prefeito lança programa de convivência Mais Vida nos Morros**. 2016. Recuperado em 19 de julho de 2021, de <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/15/04/2016/prefeito-lanca-programa-de-convivencia-mais-vida-nos-morros>.

PROUT, A.; JAMES, A. A new paradigm for the sociology of childhood?: provenance, promise and problems. In: JAMES, A.; PROUT, A. (Eds.). **Constructing and reconstructing childhood**. Routledge, 2015.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.04., 2023, p. 2044-2079.

Sérgio Carvalho Benício de Mello, Daniella Ramos da Silva, Ana Clara Lira do Nascimento e Poliana Nunes de Santana

DOI: 10.12957/rdc.2023. 67779 | ISSN 2317-7721

QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, v. 36, n. 2, p. 631-644, 2010.

QVORTRUP, J. Apresentação nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, v. 22, n. 1, p. 199-211, 2011.

RECIFE. **Lei n. 14.511**, de 17 de janeiro de 1983. Recife (PE): Prefeitura Municipal de Recife, 1983.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade: instrumento para as cidades que sonham crescer com justiça e beleza. *In*: SAULE JÚNIOR, N.; ROLNIK, R. (Eds.). **Estatuto da Cidade**: novos horizontes para a reforma urbana (p. 5-9). São Paulo: Pólis, 2001.

SÁENZ, R. C. Políticas públicas, racionalidad y razón. **Tópicos, Revista de Filosofía**, v. 49, p. 259-290, 2015.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira** (5a ed.). São Paulo: Editora da USP, 2013.

SARMENTO, M, J.; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas públicas e participação infantil. **Revista Educação, Sociedade e Cultura**, n. 25, p. 183-206, 2007.

SARMENTO, M. J. Crianças: educação, culturas e cidadania ativa. **Perspectiva**, v. 23, n. 1, p. 17-40, 2005.

SARMENTO, M. J. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. *In*: ENS, R. T.; GARANHANI, M. C. (Eds.). **Sociologia da infância e a formação de professores**. Curitiba: Champagnat, 2013.

SARMENTO, M. J. Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação**, v. 41, n. 2, P. 232-240, 2018. doi:10.15448/1981-2582.2018.2.31317.

SECCHI, B. Primeira lição de urbanismo. São Paulo: **Perspectiva**, 2006.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2019a.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, casos práticos e questões de concursos. São Paulo: Cengage Learning, 2019b.

SILVA, P. Tactical urbanism: Towards an evolutionary cities' approach? **Environment and Planning B: Planning and Design**, v, 43, n. 6, p. 1040-1051, 2016.

SPATARO, D. Against a de-politicized DIY urbanism: food not bombs and the struggle over public space. **Journal of Urbanism: International Research on Placemaking and Urban Sustainability**, v. 9, n. 2, p. 185-201, 2016.

TALLEN, E. Do-it-yourself urbanism: a history. **Journal of Planning History**, v. 14, n. 2, p. 135-148, 2015.



TERCI, E. L. Processos urbanos e gestão local: os casos de Ribeirão Preto e Piracicaba entre o empresariamento urbano e o Estatuto da Cidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 16. n. 3, p. 456-468, 2018.

TONELLA, C. Políticas urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, p. 29-52, 2013.

TONUCCI, F. Citizen child: play as welfare parameter for urban life. **Topoi**, v. 24, n. 2, p. 183-195, 2005.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FOUND - UNICEF. **Building child friendly cities: a framework for action**. Florence: UNICEF Innocenti Research Centre. 2004. Recuperado em 11 de abril de 2021, de <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/cfc-framework-eng.pdf>.

VELOSO, T. Políticas públicas, planejamento e gestão urbanos no ambiente metropolitano: estudos sobre a Região Metropolitana de Belém. **ACTA Geográfica**, v. 5, n. 10, p. 55-73, 2011.

Sobre os autores:

Sérgio Carvalho Benício de Mello

Tem formação na área de Administração de Empresas e Filosofia, tendo alcançado o título de Doutor pela City, University of London, Reino Unido (1997). É Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista de produtividade em pesquisa nível 1D do CNPq. É consultor ad hoc tanto do CNPq quanto da CAPES. Atualmente é membro de diversos corpos editoriais de revistas e revisor de dezenas de periódicos Qualis. Tem experiência nas áreas de ensino e pesquisa atuando principalmente com os seguintes temas: Administração Pública, Política e Planejamento Governamentais, Estudos Urbanos; Políticas da Mobilidade; Tecnologias para Qualidade de Vida; Tecnologias Assistivas; Políticas Públicas de Inovação e Resiliência Urbana; Migração, Mobilidades e Movimento; Pós-colonialidade, Espacialidade e Cosmopolitismo Subalterno; Pós-Estruturalismo. Coordena o grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Urbanos e Política da Mobilidade (MOBIS).

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0701427642783016> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3740-9160>

E-mail: sergio.benicio@gmail.com

Daniella Ramos da Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), linha de pesquisa Organização e Sociedade, campo temático de Estudos Urbanos e de Cultura Pop (EUCP). Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Políticas da Mobilidade (MOBIS/UFPE). Mestra em Administração pelo PROPAD/UFPE (2009). Áreas de interesse: Administração Pública; Estudos Urbanos; Políticas Públicas da Mobilidade; Questões Ambientais; Crianças e Cidade; Mobilidade Urbana da Criança; Estudos da Infância.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5123359243919040> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8481-1043>

E-mail: daniellaramossilva@hotmail.com



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 15, N.04., 2023, p. 2044-2079.

Sérgio Carvalho Benício de Mello, Daniella Ramos da Silva, Ana Clara Lira do Nascimento e Poliana Nunes de Santana

DOI: 10.12957/rdc.2023. 67779 | ISSN 2317-7721

Ana Clara Lira do Nascimento

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE), vinculada à linha de pesquisa Organização e Sociedade. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco - Centro Acadêmico do Agreste (UFPE/CAA). Participou do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), vinculado ao CNPq, durante o período 2019-2020. Foi monitora das disciplinas Introdução à Administração e Teoria Geral da Administração. Além disso, realizou estágio na empresa Baterias Moura, multinacional do setor de acumuladores de energia, integrando o departamento de Compras & Suprimentos.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4130209033976124> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4563-2795>

E-mail: ana.clnascimento@outlook.com

Poliana Nunes de Santana

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE), vinculada à linha de pesquisa Organização e Sociedade (OS) e ao campo temático de Estudos Urbanos e Cultura POP (EUCP). Membro do Laboratório de Estudos Urbanos e Política da Mobilidade (MOBIS). Interesse de pesquisa nos seguintes temas: Crianças e Cidade; Estudos Urbanos; Gestão Ambiental/Sustentável; Gestão de Unidades de Conservação; Políticas Públicas.

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PB, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6845831984108942> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2039-9496>

E-mail: pndesantana@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

